

Imigração e envelhecimento: ligações perigosas

Maria João Valente Rosa*

É cada vez mais raro, na reflexão que produzimos sobre a sociedade portuguesa, não focar o envelhecimento demográfico e a imigração. Temas, aliás, frequentemente relacionados.

De um ponto de vista demográfico, a imigração pode gerar uma atenuação dos níveis de envelhecimento nas populações dos países de acolhimento, uma vez que os imigrantes de tipo laboral (o mais significativo) apresentam duas características particulares: concentram-se nas idades ativas, também elas as mais férteis, e possuem, com frequência, níveis de fecundidade superiores. Assim, e de forma simplificada, o efeito da imigração nos níveis de envelhecimento populacional parece óbvio: pelos filhos que têm no país de acolhimento (contribuindo para atenuar o declínio dos efetivos nas idades mais jovens) e pelo reforço dos efetivos nas idades ativas (contribuindo para atenuar o peso relativo dos mais idosos). Este é o princípio genérico, embora nem sempre se confirme, ou seja, nem sempre os imigrantes concorrem para atenuar os níveis de envelhecimento demográfico. Podem até acentuá-lo, como acontece com a imigração em idades idosas. Tudo depende das características dos grupos de imigração em causa.

Mas a ligação entre a imigração e o envelhecimento não se esgota nos estudos demográficos, nas análises científicas. O envelhecimento e a imigração são (frequentemente, embora de forma subliminar) mal recebidos pelas sociedades que os experimentam. Por inúmeras vezes, estes dois fenómenos são referidos como representando uma ameaça conjunta que perturba o equilíbrio "natural" das sociedades (sobretudo as europeias). Subentende-se aqui, portanto, que o "natural", ou o "ideal", seria as sociedades não envelhecerem (manterem as suas estruturas etárias jovens) e conseguirem sobreviver sem ser à custa de "outros", oriundos de territórios diversos.

Estes receios não deixam, aliás, de causar alguma estranheza, se atendermos aos fatores que estão na origem do envelhecimento ou das fortes correntes imigratórias. Com efeito, por detrás de ambos os fenómenos (imigração e envelhecimento) está o desenvolvimento social e económico das sociedades. Lembremo-nos, a este propósito, que durante muito tempo Portugal foi um país mais repulsivo do que atrativo e manteve uma estrutura etária relativamente jovem, quando comparada com os outros países europeus. É que, nesse período, Portugal era, do ponto de vista social e económico, um país "atrasado", como o atestavam, por exemplo, os elevados níveis de iliteracia da população portuguesa ou os elevados valores da mortalidade infantil. Assim, o que se receia com o envelhecimento ou com a imigração, não é entendível

* Professora Universitária, Universidade Nova de Lisboa.

pelas suas respetivas causas. É no modo como as sociedades se adaptaram (ou melhor, não se adaptaram) às mudanças sociais profundas, exigidas por estes novos tempos já muito distantes do período industrial, que a resposta parece estar.

Vivemos numa sociedade supostamente livre, que se proclama aberta, meritocrática e igualitária, na qual a informação e o conhecimento (e já não a força física) são os alicerces essenciais da competitividade. Porém, a avaliação do “outro” continua extremamente condicionada por atributos que nada têm a ver com as suas capacidades/competências (um deles é a idade; outro, o facto de se ser ou não “autóctone”). Assim, e no quadro da sociedade do conhecimento, duas perguntas simples podem ser levantadas:

- Que sentido faz continuar a avaliar o valor social ou económico de uma pessoa a partir da nacionalidade ou de certos traços fenótipos particulares (por exemplo, a cor da pele), atributos que, também com frequência, servem para rotular as pessoas como imigrantes?
- Que sentido faz persistir na utilização de critérios cronológicos na avaliação do valor económico e social dos indivíduos, sabendo-se que o processo de envelhecimento individual é diferencial consoante as pessoas e que as capacidades dos mais velhos de hoje nada têm a ver com as capacidades dos seus ascendentes quando tinham a mesma idade?

É, assim, cada vez mais discutível e pouco lógica esta prática de classificação “artificial” do valor do outro. A consideração de um valor social e económico inferior só por se ser idoso ou imigrante traduz-se em um enorme desperdício de um potencial de recursos humanos, o que não é desejável. Acresce ainda que começa a desenhar-se uma outra dimensão do binómio imigração e envelhecimento, ainda pouco estudada, decorrente do envelhecimento de muitos dos imigrantes nos países de acolhimento. Aqui, a discriminação e o desperdício social adquire uma dupla força.

A necessidade de uma revisão séria destes nossos “pré-conceitos” e das estruturas organizativas da sociedade parece, por isso, óbvia.

O ano de 2012, sob proposta do Parlamento Europeu, é dedicado ao envelhecimento ativo.

É, assim, bem-vindo o incentivo social ao exercício de uma qualquer atividade, profissional ou outra (de utilidade social ou não), nas idades mais avançadas. Espera-se, ainda, que esta iniciativa seja útil para iniciar um debate mais profundo sobre certas formas de discriminação social cada vez menos racionais. Pensar no modo estranho como, perante o gigantesco aumento da esperança de vida num mundo cada vez mais global e mais carente de conhecimento, encaramos o outro, seja ele mais velho ou muito simplesmente diferente.